

SUMÁRIO

Capítulo I

INTRODUÇÃO 23

ANTES E DEPOIS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO (LEI FEDERAL N. 9.503/97): AS DRÁSTICAS CIFRAS DE MORTES POR ACIDENTES DE TRÂNSITO NO BRASIL	23
---	----

Capítulo II

O DIREITO PENAL DO TRÂNSITO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE NOSSA LEGISLAÇÃO NESSE TEMA 29

1. NOÇÃO	29
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS REMOTOS	34
3. ANTECEDENTES REMOTOS DE NOSSA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	37
4. ANTECEDENTES PRÓXIMOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO DE 1997	39

Capítulo III

DAS NORMAS GERAIS APLICÁVEIS AOS CRIMES DE TRÂNSITO E DOS CRIMES DE TRÂNSITO EM ESPÉCIE 43

1. AS NORMAS GERAIS: ARTS. 291 a 301, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO	43
1.1. REGRA DE INTEGRAÇÃO	44
1.2. APLICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CIVIL EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, DA TRANSAÇÃO PENAL E DA EXIGÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO AO CRIME DE LESÃO CORPORAL CULPOSA DE TRÂNSITO E A SUPRESSÃO DO ART. 291, PARÁGRAFO ÚNICO, EM SUA REDAÇÃO PRIMITIVA....	45
2. AS CONTROVÉRSIAS RESULTANTES DA PRIMITIVA E TRUNCADA REDAÇÃO ...	46
3. A INTERPRETAÇÃO QUE PREVALECIA	46
4. A SUPRESSÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 291, E A NOVA PREVISÃO DO PARÁGRAFO 1º, I, II E III	47
5. CABIMENTO DA COMPOSIÇÃO, EM SENTIDO LATO, SEM O EFEITO DE EX- TINGUIR A PUNIBILIDADE	47

6.	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E RACHA NÃO SÃO MAIS INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. SOMENTE O CRIME DE LESÃO CORPORAL CULPOSA CONTINUA A SER CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.....	48
7.	RESUMO DAS CONSEQUÊNCIAS DO ART. 291, PARÁGRAFO 1º, I, II E III, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO	48
7.1.	SOMENTE O DELITO DO ART. 303 (LESÃO CORPORAL CULPOSA DE TRÂNSITO) COMPORTA OS TRÊS INSTITUTOS (COMPOSIÇÃO CIVIL EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, TRANSAÇÃO PENAL E EXIGÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA).....	48
7.2.	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E RACHA (ARTS. 306 E 308, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO): NÃO CABIMENTO DA EXIGÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO CIVIL EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE E DA TRANSAÇÃO PENAL.....	49
7.3.	OBSERVAÇÕES SOBRE O CABIMENTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NOS CRIMES DE LESÃO CORPORAL CULPOSA DE TRÂNSITO, EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E RACHA (ARTS. 303, 306 E 308, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO (ESTE EM SUA FORMA SIMPLES)....	50
7.3.1.	OBSERVAÇÕES SOBRE O CABIMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DO ART. 44, DO CÓDIGO PENAL, NOS CRIMES DE TRÂNSITO, DO 'SURSIS' DO ART. 77 E SEGUINTE, DO CÓDIGO PENAL, E DO REGIME INICIAL ABERTO	50
7.3.1.1.	AS NOVAS CONDIÇÕES PARA AS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, TRAZIDAS PELA LEI 13.281/16, NO ART. 312-A, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO	53
7.3.1.1.1.	ATIVIDADES A SEREM ESTABELECIDAS PELO JUIZ AO APLICAR A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DA LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS, NOS CRIMES DE TRÂNSITO, POR FORÇA DO ART. 312-A, TRAZIDO PELA LEI 13.281, DE 2016...	53
7.3.1.1.2.	NOÇÃO	54
7.3.1.1.3.	ATIVIDADES ESPECIAIS PARA O AUTOR DE CRIMES DE TRÂNSITO	55
7.3.1.1.4.	CRÍTICA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ATIVIDADES ELENCADAS. DA RELATIVIZAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APLICAÇÃO. PROPOSTA DE VIABILIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DO PRECEITO	56
7.3.2.	A LEI 14.071/20 E A VEDAÇÃO À APLICAÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NOS CRIMES DE HOMICÍDIO	

SUMÁRIO

	CULPOSO DE TRÂNSITO E LESÃO CULPOSA DE TRÂNSITO, QUALIFICADOS PELA INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	58
7.4.	CABIMENTO DA TRANSAÇÃO PENAL E DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ARTS. 76 E 89, DA LEI 9.099/95) NOS CRIMES DE TRÂNSITO.....	59
7.4.1.	CRIMES PASSÍVEIS DE TRANSAÇÃO PENAL.....	59
7.4.2.	CRIMES PASSÍVEIS DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	60
7.5.	OBRIGATORIEDADE DO INQUÉRITO POLICIAL.....	61
7.5.1.	ALCANCE	61
7.6.	O PARÁGRAFO 4º, ACRESCENTADO PELA LEI 13.546/17, QUE REMETE AO ART. 59, DO CÓDIGO PENAL.....	62
8.	A SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DA OBTENÇÃO DO DIREITO DE DIRIGIR.....	63
8.1.	ALCANCE	63
8.2.	A SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR E O MOTORISTA PROFISSIONAL: POSIÇÕES SOBRE O TEMA.....	63
9.	DURAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DE OBTENÇÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO	69
9.1.	ALCANCE	69
9.2.	A IMPRESCINDÍVEL FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES.....	70
9.3.	INTIMAÇÃO PARA ENTREGA DA HABILITAÇÃO E NÃO CUMPRIMENTO DA SUSPENSÃO ENQUANTO O SENTENCIADO ESTIVER, POR EFEITO DE CONDENAÇÃO PENAL, RECOLHIDO A ESTABELECIMENTO PRISIONAL (§§ 1º e 2º).....	71
10.	A MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO E DE PROIBIÇÃO DE SUA OBTENÇÃO.....	72
10.1.	ALCANCE	73
10.2.	CABIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DA DECISÃO QUE CONCEDE OU NEGUE A MEDIDA	74
11.	COMUNICAÇÃO DA SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DE OBTENÇÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO.....	75
11.1.	ALCANCE.....	75
12.	REINCIDÊNCIA EM CRIME DE TRÂNSITO: APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO	75
12.1.	ALCANCE.....	75

13.	A MULTA REPARATÓRIA	76
13.1.	ALCANCE LIMITADO AO PREJUÍZO MATERIAL	77
13.2.	NÃO CABIMENTO DA MULTA REPARATÓRIA NA SENTENÇA, SE NÃO HOUVER PEDIDO NO CURSO DA AÇÃO PENAL E DISCUSSÃO DA MATÉRIA NO PROCESSO.....	79
13.2.1.	CONSTITUCIONALIDADE DA MULTA REPARATÓRIA	80
14.	CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES DA PENA DOS CRIMES DE TRÂNSITO	80
14.1.	AGRAVANTES ESPECIAIS DA PENA DOS CRIMES DE TRÂNSITO.....	81
14.1.1.	GRAVE DANO POTENCIAL PARA PESSOAS OU PATRIMÔNIO DE OUTREM.....	82
14.1.2.	UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO SEM PLACAS OU COM PLACAS FALSAS OU ADULTERADAS.....	84
14.1.3.	FALTA DE PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO PARA VEÍCULO DE CATEGORIA DIVERSA	84
14.1.4.	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL QUE IMPONHA CUIDADOS ESPECIAIS NO TRANSPORTE DE PESSOAS E DE CARGAS.....	84
14.1.5.	VEÍCULO COM ADULTERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OU ITENS DE SEGURANÇA.....	85
14.1.6.	SOBRE FAIXA TEMPORÁRIA OU PERMANENTE DE PEDESTRES	85
15.	DO CABIMENTO DO PERDÃO JUDICIAL NOS CRIMES DE TRÂNSITO, EMBORA TENHA SIDO VETADO O ART. 300, QUE O PREVIA EXPRESSAMENTE.....	85
16.	NÃO IMPOSIÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE E INEXIGIBILIDADE DE FIANÇA AO CONDUTOR QUE PRESTE PRONTO E INTEGRAL SOCORRO À VÍTIMA.....	86
16.1.	ALCANCE	86
17.	BENS JURÍDICOS PROTEGIDOS PELOS CRIMES DE TRÂNSITO.....	87
17.1.	BEM JURÍDICO-PENAL: CONCEITO CONTROVERTIDO NA DOUTRINA.....	87
17.2.	BENS JURÍDICOS PROTEGIDOS EM CADA UM DOS CRIMES DE TRÂNSITO	90
18.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES DE TRÂNSITO: CRIMES DE DANO, DE PERIGO (ABSTRATO E CONCRETO) E OMISSIVOS.....	93
19.	O CONCURSO ENTRE OS CRIMES DE TRÂNSITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	108

Capítulo IV

OS CRIMES DE TRÂNSITO	113
1. O CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO DE TRÂNSITO	113
1.1. BEM JURÍDICO TUTELADO	114
1.2. SUJEITOS DO CRIME	115
1.3. CONDUTAS	115
1.3.1. CONSTITUCIONALIDADE DA FIGURA TÍPICA	117
1.4. VOLUNTARIEDADE.....	119
1.5. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	119
1.5.1. A REPARAÇÃO DO DANO: EFEITOS	120
1.6. AÇÃO PENAL.....	122
1.7. CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA	123
1.7.1. NOÇÃO.....	123
1.8. O HOMICÍDIO CULPOSO QUALIFICADO PELA PARTICIPAÇÃO EM CORRIDA, DISPUTA, COMPETIÇÃO AUTOMOBILÍSTICA OU EXIBIÇÃO OU DEMONSTRAÇÃO DE PERÍCIA, PRECEITO REVOGADO PELA LEI 13.281, DE 4 DE MAIO DE 2016	124
1.8.1. O CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO SOB A INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, TRAZIDO PELA LEI 13.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 (VIGÊNCIA A PARTIR DE 19 DE ABRIL DE 2018)	126
1.8.2. A LEI Nº 14.071/20 E A VEDAÇÃO À APLICAÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NO TIPO QUALIFICADO PELA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA.....	127
1.9. CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA: CONSEQUÊNCIA.....	129
1.10. HOMICÍDIO DOLOSO, POR PARTICIPAÇÃO EM RACHA, NÃO É CRIME DE TRÂNSITO, MAS CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA.....	129
1.11. EMBRIAGUEZ, ISOLADAMENTE, NÃO PROVA O DOLO EVENTUAL...	141
1.11.1. EMBRIAGUEZ PODE APONTAR PARA O DOLO EVENTUAL: COMPETE AO TRIBUNAL DO JÚRI A DECISÃO.....	143
1.11.2. NOTA DOUTRINÁRIA SOBRE O DOLO EVENTUAL	144
1.11.3. DISTINÇÃO ENTRE DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE	147

1.11.4.	COMPETE AO TRIBUNAL DO JÚRI DECIDIR SE HÁ DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE	149
1.11.4.1.	Dolo eventual em acidentes de trânsito	154
1.12.	EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA, POR HOMICÍDIO CULPOSO DE TRÂNSITO, EM FACE DE DECISÃO CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDA INSTÂNCIA.....	156
1.13	CABIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ART. 28-A DO CPP) EM CRIMES CULPOSOS, PORQUE A VIOLÊNCIA ESTÁ NO RESULTADO, NÃO NA CONDUTA.....	160
2.	O CRIME DE LESÃO CORPORAL CULPOSA DE TRÂNSITO	162
2.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	162
2.2.	SUJEITOS DO CRIME	163
2.3.	CONDUTAS	163
2.4.	VOLUNTARIEDADE.....	163
2.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	164
2.5.1.	REPARAÇÃO DO DANO: EFEITOS.....	164
2.6.	AÇÃO PENAL.....	164
2.6.1.	AÇÃO PENAL NO CRIME DE LESÃO CULPOSA DE TRÂNSITO PRATICADA POR POLICIAL MILITAR EM SERVIÇO OU EM LOCAL SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO MILITAR: PÚBLICA INCONDICIONADA	166
2.7.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	167
2.8.	LESÃO CORPORAL CULPOSA GRAVE OU GRAVÍSSIMA, QUALIFICADA PELA ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE PSICOMOTORA EM RAZÃO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA	168
2.8.1	A LEI Nº 14.071/20 E A VEDAÇÃO À APLICAÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NO TIPO QUALIFICADO PELA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	170
2.9	O CABIMENTO DO ANPP – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	172
3.	CRIME DE OMISSÃO DE SOCORRO DE TRÂNSITO	172
3.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	174
3.2.	SUJEITOS DO CRIME	175
3.3.	CONDUTAS	175
3.3.1.	ELEMENTO NORMATIVO “POR JUSTA CAUSA”	175

SUMÁRIO

3.4.	VOLUNTARIEDADE.....	176
3.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	176
3.5.1.	CARACTERIZAÇÃO DO CRIME EM CASO DE MORTE INSTANTÂNEA.....	177
3.6.	AÇÃO PENAL.....	178
3.7.	NÃO CABIMENTO DO ANPP.....	178
4.	CRIME DE EVASÃO DO LOCAL DO ACIDENTE PARA EVITAR RESPONSABILIDADE PENAL OU CIVIL.....	179
4.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO.....	179
4.1.1.	INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA DO PRECEITO: TEMA CONTROVERTIDO RESOLVIDO PELO STF.....	180
4.2.	SUJEITOS DO CRIME.....	187
4.3.	VOLUNTARIEDADE.....	187
4.4.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	187
4.5.	AÇÃO PENAL.....	188
4.6.	NÃO CABIMENTO DO ANPP.....	188
5.	CRIME DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE.....	188
5.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO.....	191
5.2.	SUJEITOS DO CRIME.....	193
5.3.	CONDUTAS.....	193
5.4.	VOLUNTARIEDADE.....	196
5.4.1.	A TEORIA DA AÇÃO LIVRE NA CAUSA (<i>ACTIO LIBERA IN CAUSA</i>).....	196
5.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	197
5.6.	CONDUTAS QUE CONFIGURAM O CRIME E MEIOS DE PROVA. O PARÁGRAFO 4º, ACRESCENTADO AO ART. 306, PELA LEI Nº 13.840, DE 06 DE JUNHO DE 2019.....	198
5.6.1.	A JURISPRUDÊNCIA SOBRE OS MEIOS DE PROVA DO DELITO.....	213
5.6.2.	AUSÊNCIA DE CONTRAPROVA OFERECIDA PELO ACUSADO.....	216
5.7.	CRIME DE PERIGO ABSTRATO E CONSTITUCIONALIDADE DO PRECEITO.....	218
5.8.	QUESTÕES RELACIONADAS AO ETILÔMETRO OU BAFÔMETRO.....	221

5.9.	REVOGAÇÃO DO ART. 34, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (DECRETO-LEI 3.688/41)	226
5.10.	A IMPORTÂNCIA DA OPERAÇÃO LEI SECA EM TODO O BRASIL	227
5.11	CABIMENTO DO ANPP	228
6.	CRIME DE VIOLAÇÃO DA SUSPENSÃO OU DA PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR.....	228
6.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	229
6.2.	SUJEITOS DO CRIME	229
6.3.	CONDUTAS	230
6.4.	VOLUNTARIEDADE.....	233
6.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	233
6.6.	AÇÃO PENAL.....	233
6.7	NÃO CABIMENTO DO ANPP	233
7.	CRIME DE COMPETIÇÃO OU DISPUTA AUTOMOBILÍSTICA NÃO AUTORIZADA (RACHA).....	234
7.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	236
7.2.	SUJEITOS DO CRIME	236
7.3.	CONDUTAS	237
7.3.1.	Manobras de exibição de perícia: não se trata de crime de autoria plúrima ou de concurso necessário	238
7.4.	VOLUNTARIEDADE.....	244
7.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	245
7.6.	AÇÃO PENAL.....	245
7.7.	CRIME QUALIFICADO PELA LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE	246
7.7.1.	CABIMENTO DO ANPP (ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL) EM COMPETIÇÃO NÃO AUTORIZADA OU RACHA COM LESÃO CORPORAL GRAVE (CTB, ART. 308, § 1º).....	246
7.8.	CRIME QUALIFICADO PELO RESULTADO MORTE	247
7.9.	O CONFLITO APARENTE DE NORMAS QUE INICIALMENTE EXISTIU ENTRE O RACHA QUALIFICADO PELO RESULTADO MORTE E A FIGURA TÍPICA DO ART. 302, § 2º, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO (HOMICÍDIO CULPOSO QUALIFICADO PELA EMBRIAGUEZ OU PELO RACHA), REVOGADA PELA LEI 13.281, DE 4 DE MAIO DE 2016.....	248

7.9.1.	CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA REVOGAÇÃO DO ART. 302, § 2º, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO: O AGENTE RESPONDERÁ PELO CRIME DE RACHA QUALIFICADO, SE AFASTADAS AS HIPÓTESES DE DOLO DIRETO OU EVENTUAL	251
7.9.1.1.	POSSIBILIDADE DE CONCURSO DE CRIMES ENTRE O RACHA E O HOMICÍDIO CULPOSO, SE A MORTE NÃO SE VERIFICAR DURANTE A PARTICIPAÇÃO NO RACHA, NO MESMO CONTEXTO OU EM VIRTUDE DA DISPUTA OU COMPETIÇÃO NÃO AUTORIZADA	251
7.10.	REVOGAÇÃO DO ART. 34, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (DECRETO-LEI N. 3.688/41) PELO ART. 308, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO.....	252
7.11	CABIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (<i>CAPUT</i> E § 1º)	253
8.	CRIME DE DIREÇÃO NÃO HABILITADA, GERANDO PERIGO DE DANO.....	254
8.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	256
8.2.	SUJEITOS DO CRIME	256
8.3.	CONDUTAS	256
8.4.	VOLUNTARIEDADE.....	258
8.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	258
8.6.	AÇÃO PENAL.....	258
8.7.	REVOGAÇÃO DA CONTRAVENÇÃO DO ART. 32, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (DECRETO-LEI 3.688/41)	259
8.8.	DIREÇÃO COM CNH VENCIDA: NÃO CARACTERIZAÇÃO DO DELITO	261
8.9	NÃO CABIMENTO DO ANPP – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	261
9.	CRIME DE PERMISSÃO, CONFIANÇA OU ENTREGA DA DIREÇÃO A PESSOA NÃO HABILITADA OU SEM CONDIÇÕES DE DIRIGIR COM SEGURANÇA.....	262
9.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	264
9.2.	SUJEITOS DO CRIME	264
9.3.	CONDUTAS	265
9.4.	VOLUNTARIEDADE.....	267
9.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	267
9.6.	AÇÃO PENAL.....	268

9.7.	DERROGAÇÃO DO ART. 32, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (DECRETO-LEI 3.688/41)	268
9.8	NÃO CABIMENTO DO ANPP – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	269
10.	CRIME DE VELOCIDADE INCOMPATÍVEL EM DETERMINADOS LOCAIS.....	269
10.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	271
10.2.	SUJEITOS DO CRIME	271
10.3.	CONDUTA.....	271
10.3.1.	ELEMENTO ESPACIAL	274
10.4.	VOLUNTARIEDADE.....	274
10.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	274
10.6.	AÇÃO PENAL.....	274
10.7.	CRIME DE PERIGO CONCRETO	275
10.8.	DERROGAÇÃO DO ART. 34, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (DECRETO-LEI 3.688/41)	275
10.9	NÃO CABIMENTO DO ANPP – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	275
11.	CRIME DE FRAUDE PROCESSUAL DE TRÂNSITO	276
11.1.	BEM JURÍDICO TUTELADO	276
11.2.	SUJEITOS DO CRIME	276
11.3.	CONDUTAS	276
11.4.	VOLUNTARIEDADE.....	279
11.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	279
11.6.	AÇÃO PENAL.....	280
11.7.	DO NÃO CABIMENTO DO ANPP	280
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		281